

A *Nova* Reforma do Ensino Secundário: que projecto, que rampa de lançamento?

1

Aí está de novo a *nova* “reforma do ensino secundário”. Como tenho dito repetidamente, desde 1995 que estão bem identificadas medidas que era necessário tomar, na sequência do balanço feito no termo da aplicação generalizada a todas as escolas e aos três anos do secundário do “novo ensino secundário”, instituído por diploma legal de 1989. Só vamos agir em 2003. É notável a nossa capacidade de acção!

Temos agora diante de nós um pequeno documento de “linhas orientadoras” (9 páginas e anexos) para sustentar um debate público de dois meses. Estamos no início deste debate. A breve nota que agora escrevo, pedida pelo CE, visa apenas colocar seis questões gerais de enquadramento crítico destas “linhas orientadoras” (três esta semana e três para a próxima).

Primeira: o ME anuncia uma alteração significativa do figurino estrutural do sistema educativo português, ao propor passar o 3º ciclo do ensino básico a 1º ciclo do ensino secundário. Há muito que publicamente defendo esta alteração. Mas habitualmente faço-o no quadro de uma reflexão mais geral sobre o que pode significar construir as grandes linhas de uma proposta educativa escolar para os adolescentes, dos 12 aos 14 anos, que tenha em conta não só a fase de desenvolvimento por que passa cada ser humano nesta fase da vida, como as condições socio-económicas dos diferentes grupos sociais que prolongam a sua escolarização e ainda os diferentes locais do país e a diversidade de recursos disponíveis.

O texto é omissivo quanto ao significado e ao alcance desta mudança. O que é grave, porque se o ensino secundário passa a ser constituído por um conjunto coerente de seis anos de estudos, dividido em dois ciclos de três anos, não continua a ser constituído por escolas secundárias e cursos do “ensino secundário” de três anos. Mas, é apenas disto que o texto fala. Qual o projecto do ME para o *novo primeiro ciclo do ensino secundário*? Que articulações terá com o segundo ciclo do ensino secundário? Que alterações provocará neste segundo ciclo? Será um ciclo de diversificação da oferta formativa? Até que ponto? Quem é o seu promotor, as escolas ou as direcções-gerais ou regionais? Estas problemáticas são centrais e requerem um esclarecimento, pois de outro modo não sabemos de que estamos a falar quando falamos de um *novo* ensino secundário. Se algo muda, importa que pelo menos não fique tudo na mesma..

Segunda: o Governo, através do ME, anuncia o “aumento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos, até 2010”. Assim, de forma seca, simples, inesperada, ficamos a saber que os cidadãos portugueses vão passar a ser obrigados a prolongar a permanência no sistema escolar ao longo de 12 anos e que dispomos de oito anos para o fazermos, todos, sem excepção. Porquê? Nem uma linha. O que se pretende atingir com mais esta imposição legal sobre os cidadãos? Nem um parágrafo. Como vamos cumprir este objectivo de universalizar o acesso? Nem um risco. Quem são os actores sociais que são chamados a participar e intervir neste enorme esforço social? Nada se diz.

Mais: que ligação existe entre esta “decisão do Governo” e a “reforma do ensino secundário” de que trata este texto? E com a criação de um ensino secundário de seis anos e com dois ciclos de três anos? Ou seja, esta decisão política inscreve-se em que ideia, em que projecto para Portugal, em que propostas para as famílias e para os jovens? Esta decisão relaciona-se mais com o facto do “ensino geral” se passar a chamar “científico-humanístico”, ou terá mais relação com a necessidade de *criação* de novas clivagens sociais no país, ou terá mais que ver com a necessidade do Governo contentar os sindicatos, criando mais lugares de docentes? Escasseiam os elementos de legibilidade social destas decisões, uma legibilidade que se torna central quando os níveis de escolaridade da nossa população são tão rudimentares e o Governo quer atirar tão alto!

Que propostas e que novos desafios tem o Governo a fazer às famílias portuguesas com adolescentes à beira de ter de tomar uma decisão tão importante, como é a de chegar ao 8º ou 9º anos e ter *obrigatoriamente* de optar por prosseguir estudos, em que modalidade o vir a fazer, entre as cinco descritas, em que tipo de escolas, dentro de um projecto pessoal de continuação de estudos num ciclo curto (de três anos) ou mais longo (de quatro, de oito anos), com que articulação com a aprendizagem de uma profissão, num ciclo de três anos ou num ciclo longo?

Terceira: este texto enuncia, e muito bem, que o ensino secundário (não é o ensino secundário, mas o *nível secundário de ensino e de formação*) compreende uma diversidade assinalável de modalidades de ensino e de formação, a saber, “o ensino científico-humanístico (ex-ensino geral), o ensino tecnológico, o ensino artístico, o ensino profissional e a formação vocacional”. Estas cinco modalidades visam satisfazer “as aspirações dos alunos e famílias e as necessidades do mercado de trabalho e do modelo de desenvolvimento do país”.

Mas este mesmo texto coloca apenas em discussão pública o ensino das *escolas secundárias*, ou seja, as duas primeiras modalidades, referindo que um outro documento enquadrador há-de ser apresentado e debatido, dentro de três meses, isto é, quando o debate público deste já estiver encerrado. O texto afirma que” quanto mais autónomas e exclusivas forem as diferentes vias, menor será a liberdade de escolha e de reformulação de opções vocacionais”, mas fica no plano das intenções, não pratica.

Estamos diante de um grave problema: isolam-se as escolas secundárias, dando-lhes a primazia no debate público e impede-se desde logo uma visão de conjunto acerca do que o país quer e pode oferecer aos nossos jovens, entre os 15 e os 17 anos, e às suas famílias. Acresce ainda que não podemos, neste debate, emitir opiniões fundamentadas sobre uma construção interessante e complexa, com cinco modalidades educativas, todas de nível secundário, quando ainda apenas conhecemos uma parcela dessa construção. Porquê este isolamento? Porque é que as escolas secundárias surgem em primeiro lugar? Qual o diagnóstico que o sustenta? Será porque são as que se deparam com mais problemas de abandono e de insucesso? Mas se assim for, será que estes mesmos problemas se podem resolver olhando *isoladamente* para as escolas secundárias, que compreendem apenas duas das cinco modalidades de formação que um jovem pode seguir?

Não produzirá este isolamento os efeitos contrários aos que esta reforma enuncia como desejáveis, ou seja, “a plena integração das políticas de educação e de formação

vocacional”? Como é possível integrar modalidades tão distintas e tão relevantes se começamos exactamente por isolar estas modalidades, por conhecer umas e desconhecer outras?

Quando se lança um debate público em que “todos têm o direito e o dever de participar nesta reflexão em torno do que queremos para o futuro do ensino e da formação das novas gerações”, o modo como se constrói a rampa de lançamento do debate condiciona claramente o tipo de debate a haver. Neste campo também podemos e devemos ser melhores.

2

Prosseguindo a reflexão iniciada na semana passada, nestas páginas, sobre a proposta do Governo de “reforma do ensino secundário”, abordarei então outras três questões gerais com o intuito de fomentar o debate público de tão magna problemática.

Quarta: este texto mantém a visão curricularista da reforma do “ensino secundário”, ou seja, faz mais uma vez incidir a trave mestra do esforço reformador numa “revisão curricular” do ensino das escolas secundárias, exclusivamente destas, e centra esta “revisão curricular” em alterações ao número de cursos e aos planos de estudo dos cursos, em diminuição do número de exames e de disciplinas, mantendo contudo a mesma matriz curricular de 1989. Será que a referida e desejada melhoria da qualidade das aprendizagens se opera sobretudo por alterações dos planos de estudo? Não aprendemos já, com os anos e com tantas reformas do ensino secundário, que a melhoria da qualidade das aprendizagens depende, é certo, da melhoria da qualidade do ensino, mas depende ainda de uma constelação de factores, entre os quais se encontram a gestão e a liderança das instituições educativas, a liberdade de ensinar e de aprender e a autonomia real destas instituições (as escolas não são autónomas nem o vão ser tão cedo, não ganhamos nada em escamoteá-lo), a qualidade e a formação do corpo docente, o real apoio da administração escolar, o clima escolar próprio de escolas secundárias, o envolvimento da comunidade local, desde as autarquias, às empresas, às associações culturais e fundações, museus, bibliotecas,...

Os últimos resultados do PISA (OCDE, 2001) são bem claros: os países e as localidades onde há melhores resultados escolares são aqueles em que a envolvente das escolas é mais rica e mais activa do ponto de vista cultural. Ou seja, quanto mais estimuladora for a envolvente das escolas de nível secundário, melhores podem vir a ser os resultados escolares, pois a escola não educa, nem ensina, nem instrui sozinha. Mas não, mantemos uma enorme dificuldade em aprender, em conjunto, com os caminhos já percorridos e com os resultados já obtidos. Se investimos cada vez mais dinheiro no ensino, se já fizemos várias reformas e revisões curriculares nos últimos vinte anos e se os resultados escolares actuais não são melhores (embora isso de resultados escolares merecesse outras considerações), então é porque há outras variáveis que é preciso melhorar e nas quais não se toca. Os tabus permanecem. A gestão anacrónica. A autonomia só na norma. A administração gigantesca e abafadora. A avaliação só “a priori”. Etc.Etc.

Quinta: a esta perspectiva curricularista vem juntar-se uma visão tecnicista dos planos de estudo. Vejamos. Passará a haver cinco modalidades de ensino e formação para os jovens

de 15 anos e não se diz porquê estas cinco e não outras quatro ou sete. Nada se adianta. Passará a haver uma modalidade de ensino chamada “científico-humanística”, com cinco cursos, e nada se diz sobre o porquê destes cinco e não quatro ou seis. Continuará a haver uma modalidade de “ensino tecnológico”, mas agora com dez cursos, em que se eliminam quatro dos anteriores onze e se introduzem três novos cursos. Porquê a eliminação destes cursos, que englobam cerca de um quarto da procura dos cursos tecnológicos? Com que fundamento? Onde se pretende chegar com a nova composição de dez cursos, que actores sociais a pediram, os empresários? A que matriz obedece, que perspectivas de desenvolvimento do país e sócio-económicas a fundamentam? O que vai suceder à orientação escolar e profissional dos jovens adolescentes? Nem uma linha.

A proposta do Governo anterior foi duramente criticada pelo CNE pelas mesmas razões. Não se deveria colocar em debate público uma proposta cerrada, mas uma proposta pronta a ser debatida, mas debatida mesmo, com elevação argumentativa, com proposições e contra-proposições consistentes. É evidente que todas as propostas deste texto são suportadas por razões bem ponderadas. Mas não sabemos quais. E era muito importante conhecê-las. Não é fácil conjugar debate público com propostas não reveladas.

Sexta: enuncia-se a necessidade de evitar a especialização precoce dos jovens, “dos conteúdos e do desenho curricular”, o que pode ocorrer por “pressão das visões utilitárias da formação para o mercado de trabalho”. Esta tendência é antiga e tem vindo a ser prosseguida, e muito bem, por vários governos, uma vez que é muito importante não se perder nunca de vista que a educação escolar dos jovens não lhes deve fechar nem a visão do mundo nem a sua capacidade de nele construir um projecto de vida digno e pessoal. Mas o problema é o de saber como é que isto se faz. O que é a especialização precoce, como é que ela se evita?

Tenho insistido numa ideia que aqui retomo: a especialização não é um atributo das formações profissionalizantes, mais ligadas “ao mercado de trabalho”, mas pode ser uma característica de qualquer curso. Há uma tendência recente para especializar o chamado “ensino geral e humanista” (que é o ensino liceal, com outro nome), em torno de um conjunto restrito de disciplinas teóricas, académicas e abstractas, que especializam os cursos de um modo muito violento para os jovens entre os 15 e os 17 ou 18 anos. O discurso do “generalismo” pode traduzir-se no oposto daquilo que se enuncia e deseja obter. Mais uma vez, é necessário esclarecermos que especialização se pretende evitar em concreto, ou seja, o que se pretende que seja o nível secundário, em qualquer dos seus cursos, em termos formativos e como se vão colocar, em concreto, os planos de estudo ao serviço desses objectivos educativos. Mais uma vez impõe-se ter uma visão do conjunto do nível secundário (e não das escolas secundárias) para se perceber como é que se vai concretizar esta muito bem fundada perspectiva de valorizar uma boa “formação de base, humanista, aberta à diversidade cultural e à afirmação dos valores de civilidade e do personalismo”

Finalmente, diga-se, justamente, que esta proposta de “reforma do ensino secundário” e de “revisão curricular” do mesmo, contém aspectos muito positivos no seu enunciado. Destaco, para exemplo, seis: criação de dois ciclos de três anos no ensino secundário português; a ampliação das modalidades por que os jovens podem optar, no fim do primeiro ciclo de estudos secundários, que passam a ser cinco, podendo assegurar-se

agora mais coerência entre elas; a articulação muito mais clara entre os cursos do sistema de ensino, oferecidos pelo ME, e os que eram oferecidos pelo Ministério da Trabalho; o ensino obrigatório de uma disciplina generalista de tecnologias da informação e da comunicação; a criação de uma área de projecto, nos cursos gerais, e de estágios obrigatórios, articulados com projectos tecnológicos, nos cursos tecnológicos; a passagem das provas globais a um instrumento de avaliação facultativo, para ser usado conforme decisão de cada escola.

Pena é, em síntese, que a reforma que este texto apresenta não disponha de um enquadramento que a torne compreensível em toda a sua riqueza, que nos permita perceber a sua missão e os seus desafios, os seus dispositivos principais, os recursos que lhe vão estar afectos, os actores sociais que serão chamados a intervir e com que papéis, os resultados esperados, no curto e no médio prazo. Uma só mensagem fica clara: todos os portugueses que estudarem nas escolas secundárias (não no nível secundário) terão acesso a uma formação na área das tecnologias da informação e comunicação. É isso, aliás que os *media* têm agarrado e não será por acaso. É muito importante, imperioso até, que assim aconteça, mas como projecto genérico de formação escolar de uma nova geração e de fomento do desenvolvimento da sociedade portuguesa temos de sublinhar que é muito pouco. Esperemos que o ME possa, a tempo, mostrar-nos a carne desta sua reforma. De outro modo, só nos resta ficar a olhar para os ossos, carregados de perguntas sem resposta.

Joaquim Azevedo
Correio da Educação, Dezembro de 2002